

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NAJARA LEITE BENTO

**A OPORTUNIDADE POLÍTICA DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

ERECHIM
2024

NAJARA LEITE BENTO

**A OPORTUNIDADE POLÍTICA DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Sociais da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito
para obtenção do título de Licenciatura em
Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Humberto José da Rocha.

ERECHIM

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Bento, Najara Leite

A oportunidade política do Movimento Pró-Universidade na institucionalização da Universidade Federal da Fronteira Sul / Najara Leite Bento. -- 2024.

59 f.:il.

Orientador: Doutor Humberto José da Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Erechim, RS, 2024.

1. Movimentos Sociais. 2. Oportunização Política. 3. Educação. I. Rocha, Humberto José da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

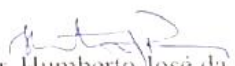
NAJARA LEITE BENTO

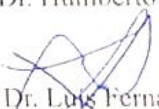
A Oportunidade Política do Movimento Pró-UFFS na Institucionalização da Universidade Federal da Fronteira Sul

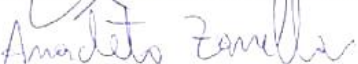
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

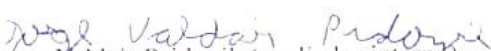
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca no dia **03/12/2024**.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Humberto José da Rocha (orientador)


Prof. Dr. Luis Fernando Santos Corrêa da Silva (avaliador interno)


Dr. Anacleto Zanella (avaliador externo)


Me. Jorge Valdair Psidonik (avaliador interno)

Dedico este trabalho aos meus familiares, amigas e amigos, em especial minha mãe, pelo apoio incondicional, cuja força e exemplo servem de inspiração.

Dedico também a todas as pessoas que acreditam no poder transformador do conhecimento e na busca contínua pela realização dos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta graduação, sinto uma imensa gratidão por todas as pessoas que fizeram parte da minha jornada acadêmica. Este momento é, sem dúvida, o resultado de um esforço individual, mas principalmente coletivo e de um apoio incondicional que recebi ao longo dos anos.

Em primeiro lugar, dedico este trabalho em especial à minha mãe. Sua força, amor e dedicação foram fundamentais para que eu pudesse trilhar este caminho. Mesmo diante das dificuldades, você sempre acreditou em mim e me incentivou a seguir em frente. Sua presença constante e seu apoio foram a luz que me guiou em momentos de incerteza. Este trabalho é uma homenagem ao seu sacrifício e à sua determinação em me proporcionar as melhores oportunidades.

Agradeço a todos os professores, colegas e funcionários da Universidade Federal da Fronteira Sul, em especial meu orientador. Cada um de vocês contribuiu de maneira significativa para a minha formação e para o desenvolvimento deste trabalho. As trocas de ideias, os debates em sala de aula e o ambiente da universidade foram essenciais para meu crescimento pessoal e acadêmico. Sou grata por cada ensinamento e por cada momento compartilhado.

Um agradecimento especial vai para João Paulo de Almeida Farina, que me apresentou à UFFS e me fez enxergar o potencial desta instituição, que foram determinantes na minha escolha de me graduar aqui. Neste sentido, percebi que a UFFS era o lugar certo para mim, onde eu poderia não apenas aprender, mas também contribuir para a construção de um futuro melhor.

Por fim, agradeço a todos e todas que, de alguma forma, estiveram ao meu lado nesta jornada. Cada palavra de incentivo, cada gesto de apoio e cada momento de aprendizado foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Este trabalho é um reflexo de todas essas contribuições e da força que encontrei em cada um de vocês.

Muito obrigada!

EPÍGRAFE

No novo tempo, apesar dos castigos, estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos pra nos socorrer. No novo tempo apesar dos perigos, da força mais bruta, da noite que assusta estamos na luta pra sobreviver. Pra que nossa esperança, seja mais que vingança, seja sempre um caminho que se deixa de herança. No novo tempo, apesar dos castigos, de toda fadiga, de toda injustiça, estamos na briga, pra nos socorrer.

No novo tempo apesar dos perigos, de todos os pecados, de todos enganos, estamos marcados, pra sobreviver. Apesar dos castigos, estamos em cena, estamos na rua, quebrando as algemas, pra nos socorrer.

“Novo Tempo”

(Ivan Lins / Vitor Martins, 1980)

RESUMO

A educação superior se estabelece atualmente como uma formação técnica indispensável para a ascensão no mercado de trabalho e consequentemente na sociedade. Assim, universidades de caráter descentralizado e em regiões periféricas do país, como a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) exercem grande papel como espaços de formação das camadas sociais menos favorecidas, oferecendo espaços de formação que até então só poderiam ser acessados em grandes instituições localizadas próximas de grandes centros urbanos. Em vista disso, o presente trabalho tem o objetivo de evidenciar os processos relacionados aos movimentos sociais de base, em especial o Movimento Pró-Universidade, considerado o protagonista para a construção de uma universidade federal com caráter “popular”. A metodologia adotada parte de uma bibliografia especializada que aborda as influências e questões políticas em torno do ensino superior brasileiro, bem como se debruça a esclarecer os fatores políticos e administrativos que favoreceram o desenvolvimento da universidade por meio do fomento às iniciativas de estímulo ao ensino público superior. O texto evidencia atuação do movimento pró-Universidade na tentativa de realizar tal objetivo e consolidar a UFFS como uma instituição pública e popular, em razão da forte presença do Estado capitalista em seu funcionamento. Através de uma análise da conjuntura do cenário político que se envolve nesse processo de criação da universidade, também se observa o fenômeno relacionado com a oportunidade política promovida através de interações entre organizações como os sindicatos, movimentos sociais e a própria comunidade, que em conjunto, de forma orgânica, se organizaram e tencionaram a vinda da universidade para a mesorregião da grande fronteira do Mercosul, cuja oportunidade virá a favorecer o desenvolvimento humano e econômico da região.

Palavras-chave: Oportunidade Política; Educação; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Higher education is currently established as an indispensable technical training for advancement in the job market and consequently in society. Thus, decentralized universities in peripheral regions of the country, such as the Federal University of the Southern Border (UFFS), play a major role as training spaces for the less privileged social classes, offering training spaces that until now could only be accessed in large institutions located near large urban centers. In view of this, this work aims to highlight the processes related to grassroots social movements, especially the PRO-UFFS Movement, considered the protagonist in the construction of a federal university with a “popular” character. The methodology adopted is based on a specialized bibliography that addresses the influences and political issues surrounding Brazilian higher education, as well as focusing on clarifying the political and administrative factors that favored the development of the university through the promotion of initiatives to stimulate public higher education. The text highlights the actions of the pro-University movement in an attempt to achieve this objective and consolidate UFFS as a public and “popular” institution, due to the strong presence of the capitalist State in its functioning. Through an analysis of the political scenario involved in this process of creating the university, one also observes the phenomenon related to the political opportunity promoted through interactions between organizations such as unions, social movements and the community itself, which together, in an organic way, organized themselves and intended for the university to come to the mesoregion of the great Mercosur border, an opportunity that will favor the human and economic development of the region.

Keywords: Political Opportunity; Education; Social Movements.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Esquema detalhando o mapa de abrangência dos cinco Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	33
Figura 2. Mapa de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS .	34
Figura 3. Primeiro adesivo do Movimento	42
Figura 4. Audiência Pública realizada em Erechim	43
Figura 5. Painel na Entrada do Campus Provisório da UFFS em Erechim (2010)	51

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Região Sul em relação com o contexto nacional.....	25
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

MEC - Ministério da Educação

Pró-Universidade - Movimento Social pró-Universidade Federal da Fronteira Sul

ProUni - Programa Universidade para Todos

Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

MPUP - Movimento Pró-Universidade Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL.....	17
1.1 UM CENÁRIO NACIONAL PROPÍCIO.....	19
.....	19
1.2 A CONJUNTURA NA REGIÃO SUL DO BRASIL – ECONOMIA, CULTURA E EDUCAÇÃO.....	25
2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	29
2.1 CRIAÇÃO DA UFFS.....	29
2.2 O CICLO DE PROTESTO E A OPORTUNIDADE POLÍTICA DO MOVIMENTO	34
3 O MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE.....	40
3.1 HISTÓRICO	40
3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A UFFS	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a experiência de construção de uma universidade federal com caráter “popular” no Sul do Brasil. Analisamos o processo de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), especialmente as propostas do movimento pró-Universidade, do qual participaram duas importantes entidades: o MST e a Fetraf-Sul/CUT. O objetivo é descrever essencialmente a questão da oportunidade política que culminou no processo de criação desta instituição pública, que envolveram representantes de entidades ligadas ao movimento popular e sindical, agentes estatais e interesses das classes dominantes profundamente enraizados no modelo de universidade fundado no Brasil.

No Brasil, os movimentos sociais possuem grande importância no que tange a promoção de mudanças sociais e políticas. Este modelo de organização da sociedade civil vai além de apenas se organizar, mas sim servir de base para traçar a busca por melhores condições de vida e direitos para um bem viver, e nos mais diferentes contextos históricos moldam e transformam nosso país rumo a uma democracia mais inclusiva e participativa.

Na história brasileira, a relação entre Estado e movimentos sociais possui uma dinâmica complexa. Desde a época colonial até os dias atuais, os movimentos sociais de base popular desempenham tarefa fundamental, uma relação que se caracteriza tanto por momentos de conflito quanto por momentos de cooperação, e que desempenham avanços ou retrocessos em diversas áreas, a depender do cenário nacional.

Pesquisar movimentos sociais, em específico o movimento social pró universidade, e em especial o Movimento Pró-Universidade, é determinante por várias razões. Seja porque passa pela compreensão de uma parcela da sociedade, pois refletem dinâmicas, desafios e aspirações das questões sociais ligadas a política educacional que ajudam a moldar a sociedade, ou seja pela mudança social que traz implícito, em que o movimento tem um papel significativo na promoção das políticas públicas em prol da educação superior.

Nesse sentido, compreender como o movimento surge, se organiza e age é importante, pois permite analisar o impacto dessas ações nas instituições e na sociedade. Analisando o contexto histórico e a engajada participação cidadã que representa grupos e sujeitos que buscam justiça em relação aos direitos e igualdade

de acesso a uma educação superior de qualidade, esta pesquisa tenciona proporcionar uma visão mais específica da oportunidade política e das experiências sociais e suas lutas.

Compreender e analisar o impacto, a resistência e a conquista do Movimento Pró-Universidade é exemplificar como se forja uma alternativa de enfrentamento em casos de desigualdade social. Ao estudá-lo é possível expor as estruturas de poder existentes e as formas de resistência que surgem tanto para contestá-las quanto para efetivá-las. Desse modo, a pesquisa sobre a oportunidade política relativa ao movimento pró UFFS e a consequente institucionalização da Universidade Federal da Fronteira Sul, apresenta o efeito dos movimentos sociais nas políticas públicas, delineando leis e práticas sociais. Estudar este episódio ímpar do movimento é fundamental para compreender como as transformações na política são impulsionadas pela ação coletiva.

Conforme destaca Tatagiba (2014), os movimentos sociais pró-universidade possuem suma importância e amplitude por situar a educação superior na centralidade do desenvolvimento social. Conforme a mesma autora, a equidade no acesso superior é fundamental para promover a igualdade de oportunidades, desenvolvimento econômico e mobilidade social. Compreender como a comunidade busca garantir o acesso a uma educação superior, que seja inclusiva e qualificada às necessidades e demandas da sociedade, é essencial para construir críticas sobre as políticas educacionais e promover debates sobre o papel das universidades na transformação de uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva.

A partir do exposto, o presente trabalho discutirá a experiência de construção das propostas dos movimentos pró-universidade, considerando como tema focal o movimento Pró-Universidade e propondo algumas questões centrais: o que leva à criação de um movimento Pró- Universidade Federal na região Sul do Brasil sob a influência de movimentos populares e sindicais? Quais medidas foram tomadas pelo movimento para favorecer a implantação da Universidade na região da Fronteira Sul? Quais dificuldades surgiram para essas iniciativas?

Dentro das restrições de um trabalho de conclusão de curso de graduação, buscamos apresentar algumas respostas a essas questões. Para isso, a pesquisa teve abordagem qualitativa, cujo objetivo foi descritivo, mediante um estudo de caso simples (YIN, 2005). Os procedimentos técnicos adotados foram as pesquisas bibliográfica e documental (VERGARA, 2014). O levantamento bibliográfico, além da

literatura sobre o histórico e atividades desenvolvidas pelo movimento Pró-Universidade. A metodologia consiste em revisão sistemática de literaturas relevantes ao tema educação, cultura, oportunidade política, movimentos sociais e institucionalização universitária na região de fronteira sul do país, em específico na criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A elaboração da pesquisa foi realizada com um amplo levantamento de fontes bibliográficas com base em dados acadêmicos, com triagem e seleção de artigos, teses, dissertações, livros e relatórios técnicos diretamente relacionados ao tema.

Os materiais foram submetidos a uma análise crítica com a identificação e a síntese dos conceitos abordados na pesquisa, tendo destaque o papel da oportunidade política para o movimento Pró-Universidade, na institucionalização da Universidade Federal da Fronteira Sul, buscando assim destacar o espaço no qual o movimento encontra uma perspectiva na ampliação do acesso à educação superior na região da fronteira sul, através do estímulo às políticas educacionais.

Os resultados foram organizados e sistematizados de maneira que o texto está organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo, “Contexto”, tratamos do processo de implementação do movimento Pró-Universidade, a partir da contextualização do cenário político que se encontrava em construção, no momento em que se implementou políticas públicas que promoveram a inclusão social e o desenvolvimento econômico, estabelecidos a partir de uma coalizão entre os projetos de governo e os interesses sociais. Nesse sentido, procuramos sintetizar as ações do governo federal em relação à expansão e ampliação das Universidades no Brasil, entre as quais daremos destaque a implementação da Universidade Federal da Fronteira Sul na região de fronteira sul do Brasil. Ainda neste mesmo tópico discutimos a conjuntura na região a partir de uma breve retomada sobre a economia, cultura e educação, em que se aborda a questão da diversidade na Região Sul.

No segundo capítulo, “O movimento Pró-Universidade e a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS”, procuramos sintetizar o histórico da criação da Universidade a partir de uma análise da linha do tempo do movimento Pró-Universidade. Neste capítulo buscamos sintetizar o ciclo desse movimento, que se inicia em 2005, em que posteriormente em 2008 fomentou a criação de uma comissão para a implantação da instituição, e que mais tarde, em 2010, permitiu a implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), buscando explicar o

papel da participação política e dos movimentos sociais como influenciadores nesse processo.

No terceiro capítulo, “Movimento Pró-Universidade”, procuramos situar o debate sobre as concepções históricas do movimento social, em particular analisamos as características e elementos dos movimentos sociais relacionados ao movimento Pró-Universidade. Neste mesmo tópico, analisamos a participação do movimento Pró-Universidade na busca de concretizar a UFFS como instituição pública de acesso à educação superior a partir da análise dos relatos do ciclo de protestos do movimento.

1 CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL

Neste capítulo iremos analisar o contexto político nacional que permitiu e possibilitou a formação da Universidade Federal da Fronteira Sul. A partir disso, serão destacadas as principais políticas educacionais e demais iniciativas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). No decorrer daquele período, foram implementadas uma série de medidas e programas direcionados para a democratização, expansão e descentralização do ensino superior no país, políticas que buscavam a inclusão de estudantes que estavam à margem do acesso de uma universidade pública.

Com isso, elaboramos uma análise a respeito das medidas que foram implementadas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), entre eles a instalação de novas universidades federais, incluindo a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Medidas essas, as quais compreendemos que contribuem diretamente para o incentivo na busca pela inclusão e a diversidade na educação superior, corroborando para a formação de ambientes acadêmicos mais inclusivos e equânimes.

Com o objetivo principal de analisar o contexto político nacional que garantiu a institucionalização da Universidade Federal da Fronteira Sul, o presente capítulo busca examinar a conjuntura dos dois mandatos do Governo Lula, cujo início se deu a partir de janeiro de 2003 até janeiro de 2011. A partir deste período concretizou-se uma série de medidas e implementações de programas nacionais de educação superior.

Podemos conhecer algumas dessas medidas a partir da divulgação do próprio Ministério da Educação (MEC). Conforme o órgão, entre 2003 e 2011, o Brasil teve vários programas nacionais de educação superior, incluindo: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, cuja atuação marca uma mudança na política de ensino superior. Programa Universidade Para Todos (Prouni), o qual visa a inclusão, acesso e permanência na educação superior. Entre 2003 e 2011, o Prouni contribuiu para uma maior presença de estudantes de baixa renda em instituições de ensino superior, tanto públicas como privadas (BRASIL, 2014).

Enquanto nos debruçamos a analisar esses processos, compreendemos como essas políticas educacionais, conectadas à mobilização social e apoio político, foram fundamentais para criação da universidade. Assim, o presente estudo está estabelecido em torno das oportunidades políticas que o movimento social Pró-Universidade, utilizou para promover e construir uma instituição de ensino superior junto da região, contribuindo com o desenvolvimento regional e a expansão do ensino.

Segundo o Professor Luiz Dulci, que atuou como Ministro-Chefe da Secretária-geral da Presidência nos Governos Lula, de 2003 a 2010, 28 milhões de pessoas saíram da pobreza e 39 milhões foram incorporadas à classe trabalhadora e às classes médias, no maior processo de ascensão social que o Brasil já conheceu. Além disso, houve enorme expansão das oportunidades educacionais, em todos os níveis (DULCI, 2011, p. 12). As importantes medidas decretadas durante o governo do então presidente, foram o ProUni e o Reuni, políticas que foram implementadas e que contribuíram para democratização do acesso ao ensino superior e para a descentralização das instituições educacionais no Brasil.

Ao relacionarmos o contexto social brasileiro do primeiro e segundo mandato do Governo Lula, acerbado nas análises de medidas educacionais do período, é possível compreender a exata oportunidade em que o Movimento Pró-Universidade se institui e consegue emergir como um movimento forte na região até conseguir sua efetiva demanda educacional. Relacionando as estratégias utilizadas para constituir e unir parcelas da sociedade na formulação da proposta para valorização e fomento da educação, como a ocasião de políticas públicas de inclusão ofertadas pelo Governo Federal, podemos entender as articulações e ações que oportunizou a instituição da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Durante a análise, percebemos que esses episódios ocorrem em ciclos de confronto, processo em que os confrontos políticos dos movimentos utilizam repertórios para buscar uma agenda que defina as demandas de um coletivo (MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, 2009). Isso significa que ações são incorporadas desde o surgimento dos movimentos sociais (TILLY, 1978; MCADAM, 1983). Nesse contexto, temos o Movimento Pró-Universidade, que conecta aqueles que reivindicam a suas respectivas demandas.

A dinâmica desses ciclos de confronto é moldada pela mobilização da sociedade civil, inovações táticas e pelo diálogo entre os diversos participantes

desse embate político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009). Dessa forma, estudar esse panorama nacional proporciona uma compreensão mais aprofundada sobre o tema abordado na pesquisa, em que a educação pública ocupa um papel central no processo de inclusão social e descentralização das principais questões das grandes instituições brasileiras.

Segundo Rocha (2022), as demandas por educação e desenvolvimento social foram articuladas em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, como a região sul do Brasil, graças à abertura política e à maior organização da sociedade civil. A UFFS foi fundada para atender às necessidades específicas dessas comunidades. Dessa forma, podemos compreender que pesquisar movimentos sociais, em específico o movimento social Pró-Universidade, estimula a reflexão sobre como a sociedade dialoga e se organiza frente ao âmbito educacional - em razão de tais grupos sociais refletirem dinâmicas, desafios e aspirações ligadas à política educacional que culturalmente auxiliam a moldar o social. A mudança social que o movimento propõe, viabiliza um papel significativo na promoção das políticas públicas educacionais e culturais, isso porque tais articulações representam interesses sobre acesso, inclusão e qualidade de ensino mobilizados por grupos como estudantes, professores e a comunidade. Compreender como o movimento surge, se organiza e age é importante pois torna possível analisar o impacto destas ações nas instituições e na sociedade, em específico na região de fronteira sul do Brasil.

1.1 UM CENÁRIO NACIONAL PROPÍCIO

Na presente sessão iremos apresentar em que medida os governos de Luiz Inácio Lula da Silva incidiram para uma ascensão nos setores econômicos, educacionais, culturais e sociais brasileiros, demonstrando as contribuições de políticas públicas para o desenvolvimento nacional. Conheceremos seus aspectos, características e as relevantes ações mediante a população brasileira. Identificando em qual medida essas políticas permitiram a abertura de possibilidades para diversas demandas dos movimentos sociais e da sociedade organizada pudessem ser atendidas pelo governo.

Luiz Inácio Lula da Silva, popularmente conhecido como Lula, foi um Presidente que neste período era figura ímpar e fundamental, sendo central para a política recente do Brasil. Com a chegada ao poder democraticamente eleito por dois mandatos presidenciais consecutivamente (2003-2011), marcou substancialmente uma transformação expressiva no panorama político, econômico e social do país.

A construção da trajetória política de Lula fora definida e lapidada pela atuação na militância sindical e política, principalmente em tempos que a Ditadura Militar (1964-1988) estava à frente do Brasil. O mesmo foi um dos principais fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, em que participou e disputou eleições presidenciais antes de ser eleito pela primeira vez em 2002. A vitória no primeiro mandato foi vista como uma conquista coletiva, em que os movimentos sociais e as classes trabalhadoras pudessem prestigiar um Presidente que os colocariam na centralidade das políticas públicas no Programa de Governo.

Durante seus dois primeiros mandatos, o presidente implementou políticas públicas que promoveram a inclusão social e o desenvolvimento econômico, estabelecida a partir de uma coalizão entre o mercado financeiro e os interesses sociais. A promoção de programas sociais como o Bolsa Família foram essenciais para a redução da pobreza e da desigualdade social. Beneficiando milhões de famílias, propiciando acesso a direitos básicos da vida humana, como a alimentação, a saúde e a educação (DULCI, 2011).

O Brasil experienciou um período significativo de crescimento econômico, sendo impulsionado pelo aumento das exportações de *commodities*, expansão da indústria e investimentos estrangeiros. As políticas macroeconômicas do Governo mantinham sob controle a inflação nacional e promoviam certa estabilidade econômica.

Na mesma época, houve também o aumento real do salário-mínimo, melhorando significativamente a vida das classes trabalhadoras, ampliando o poder de compra e contribuindo para a diminuição das desigualdades na renda (GOMES, 2009). Juntamente à expansão de crédito, com a ampliação dos incentivos de consumo e a facilitação de crédito para pequenas e médias empresas, estratégias as quais fomentaram a economia e promoveram o crescimento do empreendedorismo no país, serviram como “alavancas” para o crescimento econômico durante o governo (CARNEIRO, 2010, p. 56).

Com uma política externa ativa e altiva, a gestão federal também exerceu papel significativo na conjuntura internacional. Provedo uma integração regional através do Mercosul e ratificando parcerias com países emergentes, como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (AMORIM, 2013).

Conforme destacado por Munanga (2008), a inclusão social foi um dos principais pilares do governo Petista, com destaque especial para a política de cotas nas universidades federais. A implementação de cotas para pessoas negras, pardas, indígenas e estudantes de escolas públicas e os estudantes de baixa renda do Brasil no ingresso às Universidades Federais, foi uma medida importante e expressiva para “reparar” desigualdades históricas e estruturais da nossa sociedade.

Na área das políticas educacionais houve enorme avanço, sendo que a educação foi uma prioridade nos mandatos, com práticas que visavam a expansão ao acesso à educação e melhorias na qualidade do ensino em todos os níveis. A criação e o fortalecimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ampliaram o acesso ao ensino técnico e tecnológico, promovendo a inclusão educacional e o desenvolvimento regional.

Podemos dar destaque ao Programa Universidade para Todos (ProUni) que foi criado pela Lei n.º 11.096, de janeiro de 2005, pelo então Ministro da Educação na época Fernando Haddad. O projeto tinha como objetivo ofertar bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda, oriundos do ensino público ou bolsista integral em escolas particulares.

Conforme declarado pelo próprio Ministério da Educação, até o período de agosto de 2024 o programa ProUni já concedeu mais de 2,47 milhões de bolsas de estudo no ensino superior, em todo o Brasil, representando uma importante medida no desenvolvimento social educacional no país (BRASIL, 2024)

O programa foi elaborado para democratizar o acesso ao ensino superior privado, promovendo a inclusão social por meio da educação. Estabelecendo parcerias com instituições de ensino superior privadas, que ofereciam bolsas integrais e parciais em contrapartida adquiriram isenções fiscais. Desde a sua instituição, o Prouni proporcionou que milhares de estudantes de baixa renda ingressassem no ensino superior, se tornando uma das principais portas de entrada para quem não tinha condições de pagar um curso superior, pudesse enfim ter acesso a uma graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

Até os dias atuais o ProUni contribui para a diversificação do corpo discente nas instituições privadas, promovendo a inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados. O ingresso se dá a partir da nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e as instituições vinculadas ao programa devem sempre manter uma boa avaliação pelo Ministério da Educação (MEC).

Além disso, também podemos citar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o qual melhorar a infraestrutura das Universidades e aumentar o número de vagas. Criado pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, durante o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o principal objetivo do programa é facilitar o acesso ao ensino superior público para uma parcela maior da população. Incorporando medidas para reduzir o índice de evasão universitária, garantindo que mais estudantes concluíssem seus estudos.

Nessa ocasião, a partir do programa Reuni, houve grandes investimentos na modernização e expansão das universidades, incluindo a construção de novos campi e prédios, laboratórios, bibliotecas, salas de aula, aplicando as infraestruturas das unidades universitárias já estabelecidas.

Além disso, o Reuni resultou na criação de novas universidades no Brasil, principalmente em regiões menos desenvolvidas e desassistidas no âmbito da educação superior. Um dos objetivos do programa também era a ampliação do corpo docente, depositando recursos na formação continuada de professores e pesquisadores, melhorando as condições de ensino e pesquisa nas instituições beneficiadas (BRASIL, 2007).

Assim, o Prouni (BRASIL, 1996) e o Reuni (BRASIL, 2007) representam importantes iniciativas para a democratização e expansão no acesso ao ensino superior, promovendo a inclusão social e contribuindo para o desenvolvimento do país. Com isso, a atuação do governo em apoio à promoção da educação e em apoio às demandas propostas aos diversos movimentos sociais, durante seus mandatos presidenciais, representaram um período de significativas mudanças para o Brasil.

Com a implementação de políticas públicas de inclusão social, crescimento econômico e a expansão no desenvolvimento educacional brasileiro, foi possível a promoção de avanços substanciais na redução das desigualdades e na taxa da extrema pobreza no país. Além disso, foi possível alavancar e posicionar o Brasil

como um importante agente no cenário político e econômico internacional, resultando em ações que possuem impactos duradouros e transformadores na sociedade.

Nesse sentido, é importante descrever que na literatura as oportunidades políticas são definidas como sendo dimensões consistentes, mas, não necessariamente formais ou permanentes, do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso e ao fracasso (TARROW, 2009).

O conceito de oportunidades políticas tem definições abrangentes, portanto, para Tatagiba (2014), a oportunidade política é vista como elemento crucial que pode dificultar ou facilitar os protestos e representa um conjunto de fatores e elementos cuja atividade influencia a capacidade de mobilização dos movimentos e grupos sociais, na busca por mudanças. Como esses fatores influenciam a capacidade dos movimentos sociais de se mobilizarem e se articularem, então a oportunidade política pode ser influenciada diretamente pela conjuntura que se estabelece no governo, a qual pode incluir três cenários: agentes políticos que apoiam a causa, um governo frágil, ou em terceiro, um governo que compreenda a real necessidade da demanda exigida.

Além disso, de acordo com a mesma autora, os ciclos de confronto são tensionados por uma organização social dos sujeitos, que na maioria dos casos está ligada aos movimentos sociais. Esses movimentos representam um aumento significativo na visibilidade de manifestações e ações coletivas.

Nesse sentido, de acordo com Maria da Gloria Gohn,

as manifestações fazem parte de uma nova forma de movimento social [...], predominância de [...] organização horizontal e de forma autônoma e crítica às formas tradicionais da política da atualidade – especialmente os partidos e os sindicatos (GOHN, 2014, p. 431).

Com isso, percebe-se que os ciclos de confronto iniciaram com forte e várias insatisfações sociais. Conforme a pesquisa de opinião chamada de “Barômetro das Américas”, a respeito dos problemas que os brasileiros consideravam mais graves, é possível notar que os problemas como educação, economia, pobreza/desigualdade e infraestrutura, são considerados os menos graves ao

passo que a violência, a política, o desemprego e a saúde são considerados os mais graves para a população (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009).

Sendo assim, é fundamental destacar novamente as estruturas de oportunidades políticas, em que segundo Calil (2013), existem fortes indícios de que os processos de formação dos ciclos de confronto se iniciam realmente com os movimentos sociais e que repercutem para além do seu território de origem. Isso é observável no caso do movimento para a criação da UFFS, cujo ciclo se inicia primeiramente no município de Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, tendo se expandido pelas regiões de fronteira Sul do Brasil, nos estados de Santa Catarina e Paraná.

A respeito disso, Sidney Tarrow (2009) menciona a mobilização social e os ciclos de confronto, destacando o papel da unidade. Para o autor, um dos motivos básicos para as pessoas se unirem para participar de movimentos é a organização de reivindicações comuns aos opositores, autoridades ou elites. Conforme o mesmo, nesse processo se observa uma dinâmica mobilizadora intensa e, de fato, cada evento é capaz de promover ações subsequentes, criando um verdadeiro ciclo.

Com isso, percebe-se que as lutas e as necessidades se expandiram em virtude aos intensos e amplos problemas sociais instaurados nos momentos críticos do decorrer da história social, política e econômica. Em que as ruas representam, uma arena de intensa movimentação, funcionando como um verdadeiro palco no qual os protestos se desenvolvem, reunindo repertórios coletados de um conjunto de amplas experiências (TARROW, 2009).

Nas ideias de Tilly (2007), as ações coletivas dos protestos seriam registros de padrões, tipologias, interesses e rotinas estruturadas nos comportamentos dos sujeitos que vivem em sociedade, e que foram sempre muito criativos e ousados, com o objetivo de construir símbolos e reforçar uma identidade comum.

Portanto, o processo de organização dos movimentos sociais culmina em mobilizações e protestos exigindo a criação da universidade. Em quase uma década, tem relação com uma oportunidade política em que tenciona a implementação de uma instituição de ensino superior na região de fronteira sul do Brasil.

1.2 A CONJUNTURA NA REGIÃO SUL DO BRASIL – ECONOMIA, CULTURA E EDUCAÇÃO

A Região Sul do Brasil é composta pelos estados do Paraná, capital Curitiba, Santa Catarina, capital Florianópolis, e Rio Grande do Sul, capital Porto Alegre. Características como território, número de habitantes e economia, têm tido proeminência no cenário brasileiro desde o início do século XX (BENITES, PAIXÃO 2023). A tabela 1 demonstra a Região Sul no contexto nacional.

Tabela 1. Região Sul em relação com o contexto nacional

Indicador	Região Sul	Porcentagem em relação ao Brasil
População	30.192.315	14,3% do Brasil
População urbana	85%	85% (Brasil)
PIB (R\$ milhão)	672.049	16,2% do Brasil
Renda <i>per capita</i> (R\$)	24.382,79	21.535,65 (Brasil)
Índice de Gini	0,480	0,536 (Brasil)
IDH	0,76	0,73 (Brasil)

Fonte: Benites e Paixão (2023)

Percebe-se que a Região Sul, tem mais de 30 milhões de habitantes, o que representa 14% da população nacional, a urbanização alcança 85% da população, nível semelhante ao do país, o Produto Interno Bruto (PIB) regional representa 16% do PIB brasileiro, e tanto a renda *per capita* quanto o IDH estão entre os mais elevados do Brasil e são superiores à média do país (DIANA, 2024).

Para a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), a economia no sul do Brasil tem forte embasamento no setor secundário, detendo 25% dos empregos na indústria de transformação do país (FIESC, 2024). A estrutura da renda setorial mostra presença relativamente forte da agricultura e principalmente da indústria.

Os três estados têm como base a agricultura e o setor produtivo de grãos e acompanhando o processo nacional, sobreveio a industrialização em cada um dos estados, resultando em economias fortemente fundamentadas nas atividades dos setores primário e secundário (DIANA, 2024). Atualmente, a Região Sul é a segunda

no Brasil em empregos industriais, com um montante de 2.986.896 empregos no setor que corresponde à metade do que tem a Região Sudeste que é de 1.446.919, a mais industrializada do país (FIESC, 2014).

Quanto à diversidade cultural na região sul, podemos atribuir que são marcadas pela influência de imigrantes europeus. No conjunto das culturas, as tradições oriundas das diferentes influências (indígena, cabocla, europeia) foram amplamente valorizadas e promovidas durante os mandatos do então presidente. O Governo Federal em parceria com os Governos Estaduais da Região Sul, investiram na preservação do patrimônio histórico e na promoção das manifestações culturais que fortalecem as comunidades e a identidade regional.

Segundo o Ministério da Educação:

Houve a integração entre as políticas culturais e educacionais, onde escolas e universidades promoviam atividades e ações que valorizassem a cultura local e incentivassem a participação social. A educação foi um seguimento de grande foco para os mandatos, com iniciativas e programas implementados para a expansão ao acesso e melhoria na qualidade de ensino. A expansão dos Institutos Federais na Região Sul também foi marcante. Estas unidades educacionais ofertavam educação técnica e tecnológica de alta qualidade, contribuindo para a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho local. A ampliação das Universidades Federais com o Reuni foi uma das principais iniciativas conquistadas na Região Sul. O impacto do Programa Reuni a partir de 2007 para expansão e reestruturação das universidades, neste caso no Sul do Brasil, fortaleceram a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), aumentando o número de vagas, melhorando suas infraestruturas e ampliando seus campi para novas localidades (MEC, 2024, p. 88).

As políticas educacionais e a valorização cultural regional, junto aos programas sociais, ajudaram a promover a inclusão social e a reduzir algumas desigualdades. O acesso ampliado à educação superior e técnica possibilitou a ascensão social de muitas famílias da região.

O sul do Brasil obteve progressos significativos durante as duas primeiras temporadas de Lula. Os resultados das políticas públicas implementadas durante este período são uma prova do compromisso com a democratização e a diversidade cultural.

Nessa conjuntura de expansão das políticas públicas econômicas e sociais, e o alargamento das políticas públicas educacionais com a elevação das universidades federais, são identificados os ciclos de confronto, e a criação do

movimento Pró-Universidade para institucionalização da Universidade Federal da Fronteira Sul. Nesse âmbito, a UFFS foi criada para atender as demandas educacionais da Região Sul, especialmente nas áreas rurais e menos desenvolvidas. A universidade oferece cursos voltados para as necessidades regionais, como ciências agrárias, saúde, engenharias, licenciatura e ciências humanas (MEC, 2009).

Conforme descreve Rocha (2022), a mesorregião da fronteira do Mercosul carecia de apoio na esfera da educação superior pública, em um contexto em que as universidades comunitárias desempenhavam um papel central na discussão sobre o desenvolvimento regional voltado para a classe trabalhadora. A população organizada via na universidade federal não apenas uma oportunidade de acesso ao ensino superior para seus filhos e parentes, mas também uma forma de desafiar a exclusividade do setor privado nas discussões acerca do futuro da região.

Nesse sentido, é importante descrever que os confrontos políticos são originados através das oportunidades políticas aproveitadas pelos movimentos e seus aliados, que diante aos opositores, começam os ciclos de confronto, e as ações que começam nas ruas são resolvidas nos salões de governo (TARROW, 2009).

Portanto, um ciclo de confronto seria uma fase acentuada de conflito no qual a ação coletiva difunde-se de forma acelerada de grupos mais mobilizados para grupos menos mobilizados, em um ritmo intenso de fluxos de informação e com rápida inovação das formas de confronto (TARROW, 2009). Assim, as oportunidades criadas em um ciclo de confronto podem tanto estimular a organização de novos movimentos sociais, quanto proporcionar incentivos para as forças governamentais.

Além da criação da UFFS, o governo melhorou a economia e a vida dos mais pobres, retomou políticas importantes; atraiu investimentos nas indústrias, no agronegócio, na ciência e tecnologia; visitou quase todos os países da América do Sul; pautou a fome e a desigualdade; diminuiu significativamente o desmatamento na Amazônia, renovou a política de cotas; retomou os conselhos de políticas públicas e as conferências; colocou em pauta a necessidade de ampliar a participação popular nas políticas públicas, entre tantos outros aspectos positivos (RICK, 2023).

Por fim, destaca-se que a conjuntura no sul do Brasil está passando por transformações positivas que favorecem a sociedade de maneira, econômica, política, social, cultural, entre outros setores. Nessa perspectiva, a criação da UFFS foi um importante e essencial passo na conquista dessas transformações.

2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

No presente capítulo procuramos sintetizar o histórico da criação da UFFS e a dinâmica envolvida nos processos de fundação da Universidade, a partir de uma análise da linha do tempo do histórico dos movimentos que levaram aos ciclos de confronto e a oportunidade política envolvida, destacando os embates e eventos que culminaram finalmente na institucionalização da instituição.

2.1 CRIAÇÃO DA UFFS

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi estabelecida em 2009, dentro do programa REUNI, visando a expansão e interiorização da educação superior no Brasil. Situada na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, hoje a instituição abrange aproximadamente 400 municípios nos três estados da região Sul.

A instituição foi estabelecida com múltiplos *campi*, tendo unidades nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A mesma foi inicialmente composta por cinco unidades: duas localizadas no Sudoeste do Paraná (Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza), uma no Oeste de Santa Catarina (Campus Chapecó, que abriga também a Reitoria), e duas no Noroeste do Rio Grande do Sul (Campus Erechim e Campus Cerro Largo), depois acrescidas da unidade de Passo Fundo-RS.

No site oficial da instituição, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) reporta que a mesma iniciou seu funcionamento institucional à partir 2010, após um movimento que durou décadas para a implementação de um ensino superior gratuito e público na região da Fronteira do Mercosul. A escolha dos locais para a instalação dos *campi* da UFFS foi baseada na ideia de atender a uma região historicamente desassistida pelo poder público (UFFS, 2013). Com isso, o anseio de formação acadêmica aos sujeitos que residem nessa região impactou não só a perspectiva da formação superior em âmbito local, mas também nacional, pois muitos estudantes são advindos de regiões de fora da Grande Fronteira do Mercosul.

Embora o projeto tenha tido êxito, houve a necessidade de muita organização e proatividade dos envolvidos, em que dois anos antes, em 2008, criou-se a Comissão de Implantação tendo como presidente o professor Dilvo Ristoff, docente

da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e grande incentivador no processo de criação do que futuramente se tornaria a UFFS.

Com espaço cedido pela UFSC para desenvolvimento dos trabalhos da Comissão de Implantação, realizaram-se oficinas e seminários na intenção de definir quais seriam os cursos ofertados em cada *campi*, culminando em um relatório do grupo de trabalho, em março do mesmo ano. Enquanto isso, a tramitação do projeto de lei seguiu e os processos burocráticos foram alicerçando a institucionalização da Universidade. Estabelecidos aonde seria a sede e os cinco campus da Instituição, a comissão passou a estudar com mais profundidade a estruturação curricular dos cursos a serem implantados.

Na sequência, seguiram-se as visitas às cidades dos *campi*, enquanto o MEC designava a UFSC como instituição tutora da UFFS. Aos poucos ficaram definidos os locais provisórios de instalação da UFFS e foi sendo constituído o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Em 15 de setembro de 2009, a criação da UFFS é oficializada através da Lei 12.029. Em 15 de outubro, o professor Dilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* da UFFS. Logo após, foram publicados os editais do concurso para 165 professores, além de ocorrer a entrega do plano de compra de móveis e equipamentos ao MEC e liberada a primeira verba para compra de livros. Também foi aberto o concurso para servidores técnico-administrativos e anunciados os primeiros cargos de confiança e também foram realizados os concursos para docentes e servidores técnico-administrativos.

Até o fim do mesmo ano, foram definidos os locais de implantação dos *campi* e anunciada a empresa vencedora do edital para construção dos primeiros prédios e do pregão eletrônico para a compra dos materiais didáticos e a mobília, como também iniciadas as inscrições do Processo Seletivo. De dezembro de 2009 a março de 2010, diretores, coordenadores dos *campi* e pró-reitores foram nomeados, os primeiros servidores começaram a trabalhar, o vice-reitor *pro-tempore* (diretor que ocupou o cargo de reitor temporariamente) professor Jaime Giolo, foi nomeado, e os automóveis da Universidade foram comprados.

Quando analisamos essencialmente alguns momentos importantes, que foram cruciais para a idealização da universidade enquanto um evento que de fato sai do papel para a prática com o início das atividades da universidade, podemos determinar que os principais marcos na história da UFFS são: primeiro, o início do

movimento, quando o Movimento Pró-Universidade Federal foi coordenado pela Via Campesina e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), professores, comunidade, igrejas, comunidade política, sindicatos urbanos, estudantes, entre outros interessados, cuja organização organicamente acabou compondo um conjunto de grupos engajados na causa.

Na sequência, temos a posse do primeiro Reitor, em que no ano de 2009, o professor Dilvo Ristoff assumiu o cargo de primeiro Reitor *pro-tempore*; numa terceira ocasião temos a divulgação e realização do vestibular, seguida da recepção dos primeiros alunos, em que a UFFS começou a receber os estudantes e realizar a matrícula, dando início às atividades de ensino, pesquisa e extensão; por fim, a idealização de um sonho, em que temos a construção dos *campi*, e em 2011, começaram as obras nos locais determinados para a instalação oficial da instituição.

A data que marcou a constituição completa da comunidade acadêmica da UFFS foi 29 de março de 2010. Cerimônias especiais nos cinco *campi* celebraram o dia histórico. Servidores técnico-administrativos, professores e equipe dirigente receberam os primeiros alunos. Oficialmente, esse foi o dia que começou o trabalho nas atividades-fim da UFFS: o ensino, a pesquisa e a extensão.

O ano de 2012 foi marcado pela expansão da Universidade, seguido pela criação do Curso de Medicina no recém-instituído campus Passo Fundo-RS. Ainda nesse ano iniciaram as atividades do primeiro mestrado acadêmico da UFFS, com foco em Estudos Linguísticos, além da implantação da nova política de ingresso para os cursos de graduação, com base na lei da reserva de vagas nas instituições federais de educação. A Lei nº 12.711/2012, sancionada pela então presidente em exercício, Dilma Rousseff, determinou critérios para o ingresso em universidades federais e institutos federais de ensino técnico de nível médio visando democratizar o acesso ao ensino superior e técnico, garantindo vagas para pessoas de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e deficientes (BRASIL, 2012).

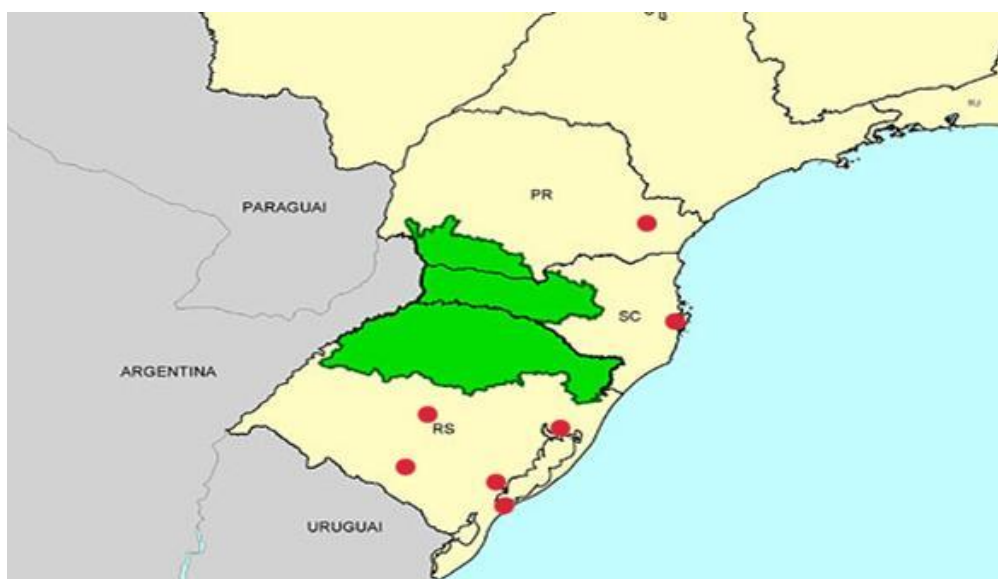
Com adoção de uma sistemática de ingresso inovadora, a UFFS respeita e atende à atual situação das escolas de ensino médio nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, reservando em torno de 90% das vagas na graduação para estudantes que cursaram o Ensino Médio exclusivamente em escola pública. Isso colocou a UFFS em uma posição pioneira na educação superior brasileira.

Com um novo ano, também surgem novos projetos. Assim ocorreu em 2013, ano em que foi instituído o segundo mestrado acadêmico, agora em Educação, com um total de inscritos que superou em grande número as projeções. Ainda mais positivo foi o retorno obtido com o primeiro processo seletivo para o curso de Medicina, o qual apresentou mais de 15 mil inscritos em poucos dias.

A comemoração dos 5 anos da UFFS: assim foi marcado o ano de 2014. Além desse importante momento, houve mudanças para os *campi* em alguns locais, como também transformações que movimentaram a universidade. Um dos grandes acontecimentos do ano foi a realização das primeiras formaturas de graduação da UFFS, que levaram emoção para os acadêmicos e seus familiares, além de reconhecimento da qualidade de educação oferecida pela Universidade em todos os seus âmbitos. Isso representa um importante passo na direção da consolidação da UFFS na região em que está inserida, bem como o compromisso com todos os seus públicos.

Com uma estrutura em fase de consolidação, a UFFS dispõe de prédios, laboratórios e ambientes de estudos inteiramente novos, modernos e qualificados para atender estudantes, professores, funcionários e visitantes. E mais mudanças seguem sendo realizadas. Contando com um amplo projeto de expansão e comprometida com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas, novos cursos e campi já estão sendo previstos e podem ser instalados em breve.

Os diferentes *campi* estabelecidos nessa região atenderam a demanda local para a formação superior, que carecia de universidades, fato observável na imagem abaixo retirada do site da Instituição (UFFS, 2024) no qual o local destacado em verde, corresponde a Mesorregião da Fronteira Sul, e que hoje condiz com a área de abrangência dos cinco *campus* da UFFS. Enquanto, os pontos vermelhos são a localização de todas as universidades federais existentes nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, evidenciando a insuficiência na distribuição de instituições federais de ensino nestes estados.



Fonte: UFFS, 2024

No esquema abaixo elaborado por Reche e Campos (2022) ilustra o processo de estruturação socioespacial de pequenas cidades no contexto regional de inserção da Universidade Federal da Fronteira Sul. Reiterando a necessidade de instalação da universidade na região, em que a partir do movimento Pró-Universidade - que atuou diretamente como estímulo na criação e constituição da instituição - pode dispor do direito ao acesso a uma educação superior gratuita e de qualidade, consolidada em todos os aspectos de uma instituição federal. Contando com cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

por um declínio na frequência, no sucesso e na civilidade das reivindicações e dos demandantes. Nesse ciclo, diferentes grupos e demandantes entram em cena à medida que o movimento se desenvolve, disputando reconhecimento e resposta das autoridades. Essa dinâmica de ciclos de confronto é influenciada por fatores como a mobilização da população, a inovação tática e a interação entre os diversos atores envolvidos no confronto político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

A partir disso, quando buscamos compreender o contexto de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, podemos verificar que a mesma está intrinsecamente vinculada ao contexto político e social gerado por meio da organização popular espontânea, associada as demandas locais tensionadas pelos movimentos sociais. Conforme Trevisol (2014), a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul se distingue das outras instituições de ensino superior no Brasil, principalmente porque sua fundação resultou de uma intensa mobilização da sociedade civil organizada, especialmente por meio de movimentos sociais.

Essa expectativa já era muito antiga e durante décadas o assunto foi pauta nos meios de comunicação, nas instituições de ensino e nas mais diversas esferas sociais. Mas foi em 2005 que entidades públicas e movimentos sociais conseguiram uma coesão para criar o Movimento Pró-Universidade Federal. Nesse ano também veio a primeira sinalização de possibilidade de implantação de uma universidade pública pelo governo federal.

Assim, trata-se de um projeto de universidade pública com uma essência pública e "popular" desde o início, voltado para atender as classes populares da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul que, historicamente, não possuía acesso a uma instituição federal de ensino superior. Conforme afirmam Trevisol, Cordeiro e Hass (2011, p. 31), a UFFS teve sua origem "[...] no núcleo da sociedade civil organizada. Ela emerge de 'fora para dentro'; provém dos movimentos sociais e, posteriormente, se legitima como uma instituição pública estatal através da Lei Federal nº 12.029/2009".

As particularidades que definem a origem da UFFS influenciaram significativamente seu projeto político institucional, conforme destaca Trevisol (2014). Ainda sobre o mesmo autor, Trevisol (2014, p. 3) escreve: "a UFFS é, notadamente, a primeira universidade oriunda dos processos de participação social e política dos movimentos sociais e das redes do associativismo civil". E, por meio

da sua estrutura *multi-campi*, e conforme declara a instituição (UFFS, 2024), pretende contemplar uma região não atendida por universidades federais.

No que tange a oportunidade que a UFFS promove enquanto instituição de ensino superior pública, podemos destacar que a mesma foi estabelecida para estimular uma formação humana crítica, fomentar o desenvolvimento regional e facilitar a inclusão social, atuando contra as desigualdades sociais e regionais. Isso porque a sua origem e o seu surgimento contou com a significativa participação dos Movimentos Sociais, que realizaram debates, reuniões, seminários, mobilizações e negociações, inicialmente em separado nos três estados do Sul do Brasil. A partir de 2005, diferentes frentes de reivindicação se uniram na criação do Movimento Pró-Universidade, que incorporou movimentos populares das áreas sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, todos com o mesmo propósito: fundar uma Universidade Federal nessa região (UFFS, 2017).

Com base nesse histórico de formação, é fundamental ressaltar uma distinção significativa entre a UFFS e as outras universidades no Brasil: A UFFS foi a primeira universidade pública federal cuja criação deveu-se, diretamente, ao poder de mobilização e de convencimento público pelos movimentos sociais e pelas lideranças políticas e comunitárias. As redes de associativismo civil e o denso tecido de organizações sociais da região - berço de alguns dos principais movimentos sociais do campo do Brasil - foram mobilizados para a formulação do projeto de universidade e sua subsequente concretização (ROMÃO; LOSS, 2014, p. 150).

Sobre os aspectos institucionais e políticos de criação da UFFS, vale ainda mencionar que os vários movimentos sociais que deram origem ao Movimento Pró-Universidade, que fomentaram os ciclos de confronto e que utilizaram a oportunidade política para implementação da universidade em 2008, possuem caráter determinante dentro dos espaços de construção e formulação da universidade.

Nesse sentido, quando nos aprofundamos no papel da participação política e dos movimentos sociais como influenciadores nesse processo de oportunidade política, podemos compreender que a criação da UFFS envolveu várias questões políticas e sociais, como a neutralização dos conflitos acerca da unidade entre diferentes forças que reivindicavam a criação da universidade, na qual a pressão dos movimentos sociais se constituiu como ponto essencial (ROCHA, 2022).

Com as alianças, as mobilizações, os apoios políticos regionais, locais e nacionais, sendo eles articulados para a instituição do consenso em torno do ensino superior, foi possível garantir a demanda e transformá-la em realidade a partir de uma oportunidade política daquele período. Derivando na convergência de interesses políticos, demandas sociais e a visão estratégica dos movimentos sociais e do governo para fortalecer o sistema de ensino superior.

A partir disso, a oportunidade política para a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul emergiu do entroncamento de fatores citados anteriormente, que estabeleceram forte apelo popular, despertando a população para a necessidade de busca e da organização social. Assim, em maio de 2006, uma sessão do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MESOMERCOSUL) – órgão instituído para debater os assuntos de interesse do noroeste do Rio Grande Sul, sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina – chegou a um consenso: como todas as propostas dos três estados do Sul de criação de universidades foram rejeitadas, a saída seria um projeto único.

Assim, um grupo de trabalho foi criado para elaboração do projeto e discussões sobre o assunto seguiram por meses, envolvendo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), a Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros movimentos sociais. O projeto que chegou ao Congresso Nacional e depois foi aprovado já definia uma série de características da nova instituição, que deveria ser democrática, popular e teria cinco *campi*, para suprir a carência de vagas na Fronteira Mercosul e reverter o processo de litoralização.

O apoio para a ideia de uma universidade federal aconteceu em agosto de 2007, os municípios da região promoveram atos públicos em prol da implantação, que também se apresentaram como parte dos ciclos de confronto, resultando numa mobilização política em outubro do mesmo ano, em que o então ministro da Educação, Fernando Haddad, torna válida o compromisso com a criação da universidade (UFFS, 2024).

A partir desse fenômeno, podemos verificar o conceito de ciclo de protestos, o mesmo diz respeito a um período em que os conflitos se intensificam. Nesse contexto, uma variedade de atores participa de manifestações coletivas de forma mais intensa e frequente do que o habitual, espalhando-se rapidamente dos grupos mais mobilizados para aqueles que estão menos ativos (TARROW, 2011).

O mesmo autor argumenta que ao engajar toda a sociedade no conflito, essa dinâmica exige uma resposta por parte das autoridades, que geralmente optam por uma combinação de repressão e acolhimento das reivindicações, em diferentes graus (TARROW, 2011). É exatamente essa ampliação territorial do conflito e a habilidade de unir diferentes segmentos que fazem os ciclos de confronto se diferenciarem de outros acontecimentos significativos de confrontação política, como as campanhas impulsionadas por movimentos sociais específicos.

Nesse processo, os ciclos de confronto culminaram em uma oportunidade de estimular o poder público a implantar a universidade, ao mesmo tempo, essa também se constituiu por sua vez de uma oportunidade política, que conforme Sidney Tarrow, é descrita como estímulos para a ação coletiva, do ambiente político que fornecem incentivos para a ação, influenciando tomadas de decisões (Tarrow, 2009, p. 105).

Entendendo que a Fronteira Mercosul era uma região historicamente desassistida pelo poder público, a escolha dos locais de implantação dos campi e do nome da universidade deveriam refletir tais anseios. Assim, definiram-se Laranjeiras do Sul e Realeza (Paraná), Erechim e Cerro Largo (Rio Grande do Sul) e Chapecó (Santa Catarina e sede da instituição) como os locais de maior expressão para o principal objetivo da nova universidade, ou seja, desenvolver a região da Fronteira Sul, a partir da qualificação profissional e da inclusão social, respeitando as características locais. Assim, os cursos deveriam apresentar ênfase em atividades comuns na região, como agricultura familiar e pequenos negócios. Nesse sentido, também foi escolhido o nome Universidade Federal da Fronteira Sul como reiteração da finalidade para a qual a Instituição estava sendo implantada.

O MEC criou, ainda, a Comissão de Projetos da Universidade Federal Fronteira Sul, formada por 11 integrantes do Movimento Pró-Universidade e técnicos do MEC, além de representantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

No fim do ano de 2007 foi dada a palavra oficial: o ministro da Educação anunciou a criação de uma universidade na região, em solenidade com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Políticos, representantes de movimentos sociais e integrantes do Movimento Pró-Universidade estiveram presentes no ato. O projeto de lei 2.199-07, do deputado federal Claudio Vignatti, solicitou oficialmente a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

O sonho de ter uma universidade pública na região enfim se estabelece e hoje a instituição oferece quase 50 cursos de graduação nas cidades de Chapecó, Cerro Largo, Laranjeiras do Sul, Passo Fundo, Realeza e Erechim. Além disso, a UFFS também oferta cursos de pós-graduação, como especialização (*lato sensu*), mestrado e doutorado (*stricto sensu*), além da possibilidade de estágios pós-doutorais. Um fato muito relevante, pois se trata da idealização de uma comunidade científica na região, contribuindo com a formação profissional de alta qualidade.

Com isso, podemos destacar a intrínseca relação dos movimentos sociais como peças fundamentais no processo de estabelecimento da Universidade, que apresenta estreita relação com os movimentos sociais, sobretudo aqueles que atuam na perspectiva da justiça social. No qual a mobilização social num cenário de oportunidade política, culminou na realização de um sonho para toda comunidade, e que se constitui de um grande exemplo de articulação dos movimentos sociais atuantes na região com uma disposição do governo federal em expandir o ensino superior.

Por fim podemos fechar o presente tópico enaltecendo os atores sociais que fizeram parte desta jornada, como as organizações civis, ONG'S e movimentos sociais que atuaram como mediadores fundamentais para o processo de luta política, conseqüentemente, peças essenciais na trajetória de cada acadêmico que reflete hoje a busca incessante dos que lutaram pelo estabelecimento da educação superior pública.

3 O MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE

No presente capítulo procuramos sintetizar o histórico dos movimentos sociais e a sua influência no processo de criação da Universidade, a partir de uma análise da linha do tempo do histórico do movimento Pró-Universidade. Além disso, buscamos sintetizar o debate sobre concepções históricas dos movimentos sociais, em particular analisamos as características e elementos dos movimentos sociais relacionados ao movimento Pró-Universidade.

3.1 HISTÓRICO

Ao buscar compreender o que motivou a organização social e a implementação de um movimento voltado a promoção da educação superior, observamos que a origem do movimento Pró-Universidade está diretamente vinculada com o apelo popular gerado pelos movimentos sociais e a organização gerada pela conscientização da sociedade civil. Muitos atores foram envolvidos nesse processo, o que demonstra como a organização social das comunidades em diferentes esferas, na busca por um objetivo comum, realmente pode gerar frutos.

A respeito das raízes que envolvem o movimento Pró-Universidade, é interessante a ideia de Gohn (2013, *apud* ROCHA 2022) ao destacar que o surgimento de movimentos dessa natureza está diretamente vinculado a um processo de busca por emancipação e direito social. Nessa linha, os movimentos sociais progressistas operam com uma agenda voltada para a emancipação, realizando diagnósticos sobre a sociedade e elaborando propostas. Continuando, esses movimentos se conectam em redes e promovem ações coletivas que atuam como uma forma de resistência à exclusão, lutando pela inclusão social. Foi com esse enfoque que organizações como a Fetraf/Sul, o MST, o MAB e a CUT, com o suporte de diversas lideranças sociais e políticas, formaram o Movimento Pró-Universidade Federal nesta região.

Portanto, ao unir a força da comunidade acadêmica (composta por Direção, Professores, Técnicos e Estudantes de universidades já estabelecidas) à dos Movimentos Sociais, foi possível criar um novo e poderoso movimento em prol da emancipação de milhares de pessoas que se encontram privadas das condições

básicas de acesso ao ensino superior. Isso vai ao encontro de que o desenvolvimento regional passa, inevitavelmente, pelo acesso à Educação superior pública e de qualidade, que tem como resultado a qualificação profissional dos cidadãos da região e demais.

Com isso, se torna evidente que o estímulo que deu início aos Movimentos Sociais, que por sua vez deram origem ao Movimento Pró-Universidade Federal, partiu de um diagnóstico minucioso da realidade e após extensos diálogos com a sociedade, em que foi elaborado um plano de ação para combater a pobreza persistente e as desigualdades dentro do território da região de fronteira sul. Visando desenvolver o territorial a partir da formação superior (ZANELLA, 2022).

Conforme podemos verificar no histórico do movimento Pró-Universidade, declarado pelo site da Universidade (UFFS, 2010), o Movimento Pró-Universidade Federal (MPUP) foi criado em 2005 por entidades públicas, ONGs e movimentos sociais, visando criar uma universidade federal na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul.

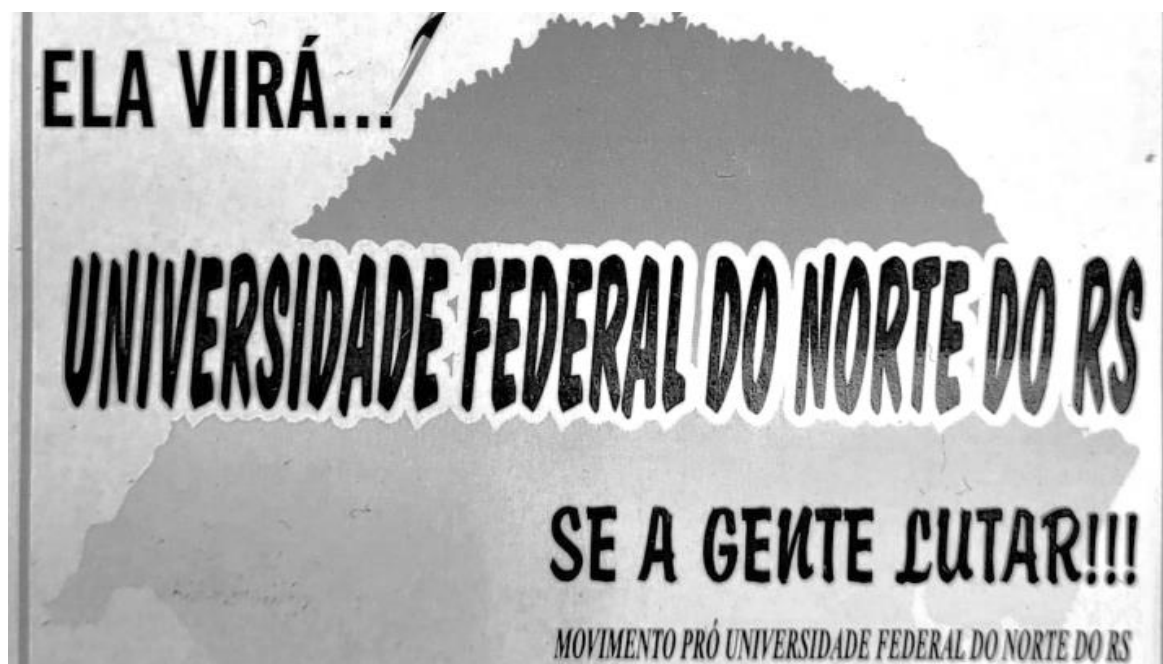
Considerando essa demanda, julgou-se fundamental incluir diferentes setores da sociedade civil e representantes das diversas esferas governamentais nesse debate, uma vez que essa é uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade. Assim, com base nos diversos apelos e solicitações para a criação de centros educacionais nas áreas fronteiriças, destaca-se a urgência de estabelecer um ambiente que una essas iniciativas.

Inicialmente o movimento se organizava apenas na região norte do Rio Grande do Sul em busca de planejar uma estratégia para persuadir o Governo Federal, no reconhecimento e na necessidade de uma Universidade Federal, promovendo uma série de processos. Conforme explica Psidonik (2022, p. 57), “vários encaminhamentos foram feitos: fazer um abaixo-assinado, visitar as escolas, ligar para as emissoras rádios, enviar matéria para os jornais e fazer um adesivo para divulgar a ideia”.

Com isso, foi criado o Movimento Pró-Universidade, para organizar as ações e fomentar a integração da região da Fronteira do Mercosul. Naquele período, os movimentos sociais e sindicais ganharam destaque, passando a ser reconhecidos como importantes representantes da comunidade nas discussões sobre o ensino superior na localidade (ZANELA, 2022, p.49).

A partir disso, foi delineada a primeira identidade visual do Movimento Pró-Universidade Federal do Norte do RS que viria a se tornar futuramente o Movimento Pró-Universidade.

Figura 3. Primeiro adesivo do Movimento



Fonte: Psidonik, 2022, p. 57.

Conforme relata Psidonik (2022), em um dos encontros que antecederam a formação da comissão do movimento Pró-Universidade, a região passava por grandes desafios, em que os movimentos estavam lutando pela ampliação das Universidades na região, conforme podemos observar em um registro fotográfico abaixo, feito em uma audiência pública, sendo o ponto de início de todo o processo de ampliação do movimento Pró-Universidade. Essa foi a primeira audiência com um representante do ministério da Educação:

Figura 4. Audiência Pública realizada em Erechim



Fonte: Psidonik, 2022 p. 61

Naquela ocasião, em plenário, Jorge Psidonik (2022) relata que houve intensa troca de ideias, juntamente com entidades políticas e com o representante do Ministério da Educação (MEC), o Senhor Jairo Jorge da Silva, então chefe de gabinete do Ministério, na ocasião estava representando o ministro Tarso Genro, a respeito da necessidade de novas universidades na região da fronteira sul.

Ainda conforme Psidonik (2022), nessa mesma ocasião estavam presentes lideranças, militantes, ativistas, e simpatizantes, bem como os representantes da sociedade civil e ONG'S. Estavam cientes de que aquele era um dia marcante para a luta do povo e para toda a região. A vida dessas pessoas, bem como a de seus filhos e netos, agora tinha a chance de ser transformada através do acesso ao ensino público e de qualidade.

Desta vez, apesar do grande apelo público, Psidonik (2022) relata que não ficou claro no discurso do representante do Ministério a certeza da criação da universidade, no qual reporta que ele começou sua apresentação explicando como

o governo planejava expandir as universidades e ressaltou a importância desse momento para a educação superior no Brasil. A proposta incluía tanto a ampliação das instituições já existentes quanto a criação de novas em determinadas regiões. O intuito era possibilitar que as pessoas trabalhadoras e as de baixa renda tivessem acesso ao ensino superior público.

Podemos perceber a partir do relato do mesmo autor, que ao final da plenária, apesar da incerteza da chance de conseguirem conquistar essa demanda, apesar da frustração, não havia mais a opção de retroceder, a luta era um caminho sem volta:

Muitos acabaram sem entender nada: afinal, ele teria se comprometido ou não em atender a nossa demanda? Aos poucos, as pessoas retiraram-se do salão e dirigiram-se aos seus ônibus. Enquanto saíam, reiterávamos que a luta continuava, que não poderíamos desistir. Precisávamos ainda de muita mobilização, se, de fato, quiséssemos ter a nossa universidade. Embora poucos tenham dito, mas todos ficamos frustrados com aquele evento. Ao mesmo tempo, havia a convicção de que tínhamos perdido uma batalha, mas não a guerra (PSIDONIK, 2022, p. 63).

O povo continuava seguindo e se organizando, e só iria parar quando conquistasse uma instituição de educação pública para a região, que nesse primeiro momento compreendia apenas a região Norte do Rio Grande do Sul. Assim, após o evento, todos voltaram para casa com a sensação de que haviam cumprido mais uma etapa na sua missão na luta social, embora o caminho a ser percorrido a partir dali não estivesse claro.

Quando analisamos hoje todo histórico do movimento Pró-Universidade, naquele momento o movimento que levaria a criação da universidade, estava apenas dando seus primeiros passos. Era necessário ampliar a força do movimento, percebendo que a questão regional e demográfica não gerava o impacto que viabilizaria a conquista de uma instituição pública, a partir disso, promove-se uma articulação os três estados do Sul, que já estavam se organizando com o mesmo intuito e tinham a mesma demanda.

Nesse processo, a construção da unidade nos estados do Sul do país, para ampliar e consolidar o Movimento Pró UFFS, deu-se pela importante atuação e articulação de duas essenciais organizações dos movimentos sociais: Via

Campesina e Fetraf-Sul. Como os estados vizinhos já estavam discutindo e criando ações para a vinda de uma universidade federal em seus respectivos territórios, entendeu-se que a saída seria incorporar os movimentos de cada estado, unindo forças e organizando juntos a luta por uma universidade *multi campi* e interestadual.

Dessa forma, a mobilização na região Norte do estado do Rio Grande do Sul uniu-se com as mobilizações das regiões do Oeste de Santa Catarina e do Sul do Paraná. Se destacando por representar uma articulação interestadual, deixando de ser uma pequena área no norte do Rio Grande do Sul para se consolidar como o conjunto de entidades e lideranças de três estados diferentes. Essa região tinha potencial para atender uma área composta por mais de 300 municípios, representando uma vasta área de 120.763 km², composta por 396 municípios e com uma população de 3.801.791 habitantes (NADALETTI, 2019). A área apresentava diversas características em comum, sendo uma delas a ausência de cobertura por universidades federais.

Essa organização intersetorial e interestadual se constituiu como um movimento de impacto e confronto político. A respeito disso, Mcadam, Tarrow e Tilly (2009) destacam que o confronto político é um fenômeno social que ocorre quando grupos ou indivíduos fazem reivindicações coletivas a outros, geralmente as autoridades ou instituições, cujos interesses podem ser afetados por essas reivindicações. Neste caso, esse tipo de confronto envolve a expressão de descontentamento, a luta por direitos na área da educação, a contestação pela falta de políticas e a busca por mudanças sociais e econômicas. Caracterizado por uma interação coletiva que muitas vezes envolve a disputa de poder e a busca por reconhecimento e resposta das autoridades.

Ainda conforme os mesmos autores, o confronto político pode se manifestar de várias formas, incluindo protestos, greves, manifestações, revoluções e outras formas de mobilização social. Fato observável quando analisamos a trajetória do movimento Pró-Universidade.

Assim, cada vez mais unindo forças, o movimento se tornou significativamente mais robusto e a pressão sobre o governo federal intensificou-se. Além disso, as audiências em Brasília e na região tornaram-se mais frequentes. No entanto, apesar de toda essa força, as negociações não progrediam como se esperava. Os técnicos do Ministério da Educação ventilaram a possibilidade de implantação de uma Universidade na Fronteira com a Argentina e Paraguai,

contudo, o movimento não se sentia contemplado por uma universidade nesse modelo, pois nesses locais as universidades um impacto significativo e contribuiriam da forma esperada para o desenvolvimento social e econômico da região, que representava um dos principais objetivos do movimento.

No ano de 2006, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, deu aval à proposta de estabelecer uma universidade na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, contudo não havia a certeza de que a Universidade pronunciada pelo Ministro atenderia os objetivos do movimento, que era de trazer uma universidade federal para a região do Norte do RS, Oeste de SC e Sudoeste do PR.

Assim, como parte da estratégia do Movimento, a Fetraf Sul organizou o II Encontro Nacional da Habitação da Agricultura Familiar em Chapecó - SC. Esse evento foi um grande momento para que o Governo pudesse anunciar sua decisão. Muitos agricultores, especialmente dos três estados participantes, e um grande público, em geral, compareceram. A expectativa era alta, e haveria a presença do então presidente do Brasil.

Nessa conjuntura houve um momento oportuno, ocasião fundamental para a consumação e criação de uma instituição superior de ensino definida pelo movimento. Foi neste momento que o então Presidente reafirmou o compromisso que já havia anunciado no ano de 2003. Fato que definiu a trajetória que viria a se tornar a conquista da universidade. Evidenciando que o movimento Pró-Universidade identificou esse momento de oportunidade política dentro dos seus ciclos de confronto, reivindicando do Governo sua demanda, resultando na criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Entre o II Encontro Nacional da Habitação da Agricultura Familiar, em Chapecó, SC, quando Lula assumiu o compromisso com a criação de uma Universidade Federal na região, existia a Eleição Presidencial, ou seja, a Reeleição do Presidente tornava-se fundamental para a conquista da UFFS. Com a reeleição do Presidente, os primeiros meses de 2007 foram fundamentais para o Movimento Pró-Universidade: Mobilizações regionais, encontros, seminários e audiências em Brasília.

Isso demonstra o papel que os movimentos sociais desempenharam para recondução da gestão federal, cuja manutenção viria a possibilitar a estruturação, ampliação e qualificação das políticas públicas no acesso ao ensino superior. Esse processo favoreceu o cenário de oportunidade política para então consumir a vinda

da universidade para região. Nesse sentido a reeleição do presidente foi ponto chave para esse processo.

A partir desses diversos encontros e reuniões houve intensa participação popular e mobilização, características dos ciclos de confronto, cujo conceito é abordado por Mcadam, Tarrow e Tilly (2009), que se refere a um padrão observado nos movimentos sociais, no qual as reivindicações e a intensidade do confronto político aumentam ao longo do tempo. Confirmando esse contato entre o Executivo Federal com as organizações sociais, em 2003, durante abertura da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI), o então presidente afirmou a futura vinda de uma universidade para região (TREVISOL, 2015).

Psidonik (2022) relata que após o dia em que houve a certeza da criação da instituição, as mobilizações foram substituídas por reuniões de trabalho, que contavam com equipes técnicas e representantes do Movimento, com o propósito de desenvolver o projeto da nova universidade. Em novembro de 2007, foi criada uma Comissão de Projeto da Universidade composta por 22 integrantes, sendo 11 do Movimento e 11 de Instituições Federais. Esses grupos se reuniam regularmente e começaram a delinear os aspectos que comporiam a universidade, incluindo cursos, cidades, sede e outros elementos essenciais.

O compromisso do Governo de criar uma universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno foi um fator que deu força ao movimento Pró-Universidade. O Ministério da Educação criou a Comissão de Projetos da UFFS, que representou o principal espaço de tomada de decisão para a implementação da Universidade. Com isso, a partir da construção da Comissão que foi possível pensar e elaborar a tão sonhada UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) que seria criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009).

Portanto, podemos verificar que os movimentos sociais de base, como o movimento Pró-Universidade contribuíram fortemente com a conquista de políticas públicas de inclusão e combate às desigualdades, demonstrando que pela própria organização social que promovem, seja por pressionar o poder público de forma legítima, por meio de movimentos organizados, com pautas definidas e objetivos claros, tornando progressivamente mais claro o papel dos movimentos sociais.

Como podemos compreender a universidade nasce ligada aos movimentos sociais, às organizações sociais, àqueles que precisam mais da universidade.

Neste sentido, faz-se necessário reconhecer e valorizar o conhecimento produzido nesses grupos (SANTOS, 2004). Esse fenômeno culminou em uma pressão política sobre os governantes, resultando na decisão de criação da UFFS, evidenciando o papel da resposta, a mobilização da população na promoção de políticas públicas, em que a organização popular foi essencial e a principal balizadora nessa tomada de decisão.

Diante disso, podemos concluir com o presente tópico evidenciando que o Movimento Pró-Universidade Federal na Fronteira Sul (Pró-Universidade) foi um movimento social que teve um papel importante na criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A UFFS

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) emerge das reivindicações de diversos setores da sociedade civil organizada para a construção de universidades no interior da região Sul do Brasil, em que foi juntamente almejado e promovido o Movimento Pró-Universidade nestas regiões, visando coordenar as ações e promover acesso a uma Universidade da Fronteira do Mercosul (BENINCÁ, 2011).

A partir desse marco, os movimentos sociais e sindicais assumiram o protagonismo, tornando-se referências como representantes da comunidade para a discussão sobre o ensino superior na região. Os principais atores dessa organização foram a Via Campesina e a FETRAF-SUL. A Via Campesina (2007, p. 65) se apresenta como

um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas que defende os valores e interesses de seus membros. Atualmente, reúne organizações de 56 países da Ásia, África, Europa e Américas. Ideologicamente, a Via se define como “um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma filiação política, econômica ou de outro tipo.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL) está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura

Familiar, ASSAF, APAFA e ASSINTRAFS em toda a Região Sul. Com sindicatos regionais fortes, a Fetraf-Sul/CUT abrange mais de 288 municípios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT), para ser um instrumento a serviço dos trabalhadores do campo e assentados da agricultura familiar. É uma organização diferenciada das outras organizações do campo, articulando a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares (FETRAF, 2024).

Ambas as organizações, em conjunto com suas bases sociais, tomaram a dianteira dos processos de mobilização e de propaganda em prol da criação da universidade. Segundo Nadaletti (2019, p. 118), “a criação da UFFS é resultante de dois fatores fundamentais: o contexto de relativa democratização do ensino superior e a luta popular dos movimentos sociais”.

Esses movimentos entendiam que não era o suficiente apenas a criação da universidade, suas obrigações aumentavam pois, após constituída, outro grande desafio seria imposto, o de participar ativamente de seu dia a dia e de realizar nesse espaço o projeto de universidade popular tão sonhado (MÉSZAROS, 2006).

Assim, o Movimento Pró-Universidade Federal era um grupo formado por diversos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, pastorais sociais, partidos políticos e associações comunitárias. De acordo com Zanella (2019, p. 33):

A mesorregião da fronteira do Mercosul encontrava-se desassistida na área da educação pública superior, em um cenário em que as universidades comunitárias tinham o principal papel de discussão sobre o desenvolvimento da região. A população organizada via na universidade federal não só a oportunidade de acesso de seus filhos e parentes ao ensino superior, mas também uma maneira para tirar a exclusividade da iniciativa privada na discussão dos rumos da região.

Era necessário ampliar os espaços de inclusão social, com isso, as universidades constituem-se como importante ferramenta profissionalizante, que, além de proporcionar momentos educativos, é um espaço em que se descobrem novas oportunidades. Sem muitas opções para o estudo e qualificação nas cidades da região, os jovens que residiam nos pequenos municípios viam-se na iminência de procurar alternativas em outras localidades (ZANELLA, 2019).

Em resposta à exclusão desses jovens das universidades e dos outros problemas sociais e econômicos, que não ofertavam oportunidades para esse grupo

social em seus municípios, foi fomentada a criação de uma universidade pública federal (TREVISOL, 2015). Neste sentido, a organização do Movimento Pró-Universidade, que, por meio de comitês, seminários, audiências, atos públicos e mobilizações, conformou a concepção de que a universidade deveria buscar a resolução dos problemas da região e a evolução das suas possibilidades (BENINCÁ, 2011).

Destaca-se que era necessário ampliar o acesso à educação, pensando conjuntamente nas demandas sociais e econômicas que a sociedade civil reivindicava. Também, com o início do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Estado brasileiro condicionava sua atuação com o objetivo de adotar políticas educacionais que promovessem a democratização no acesso e no aumento do número de vagas públicas e gratuitas no ensino superior (TREVISOL, 2015).

Nesse impasse, organizou-se uma comissão formada por 70 pessoas vinculadas a Via Campesina e à FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), que teriam, como objetivo, ser interlocutores para firmar o diálogo com o Ministério da Educação e defender as propostas da população (BENINCÁ, 2011). Esse diálogo estreito entre Governo Federal e Movimentos Sociais foi essencial para a implementação da Universidade, impulsionando cada vez mais os debates públicos em torno da pauta em como construir a vinda de uma instituição pública de ensino superior na região.

Figura 5. Painel na Entrada do Campus Provisório da UFFS em Erechim (2010)



Fonte: Rocha, 2022, p. 8.

Essa estreita ligação entre os Movimentos Sociais e a Universidade é profunda. Como podemos observar na imagem, presente, a qual ilustra um Painel na Entrada do Campus Provisório da UFFS em Erechim, o que demonstra o reconhecimento da importância que tiveram os movimentos na construção da Universidade Federal Fronteira Sul (ROCHA, 2022).

Mesmo com a concretização da Universidade, haveria necessidade da manutenção do diálogo e a promoção de espaços dentro do seio universitário, abrir processos de escuta com a sociedade civil organizada, abarcando outros movimentos sociais, como, por exemplo: o movimento indígena, o movimento estudantil, o movimento sindical, o movimento das mulheres, entre outros.

Ainda, mesmo com a conquista da instituição, era necessário garantir o ingresso de cotistas, além de buscar estratégias para permanência dos estudantes na Universidade, bem como a promoção de pesquisa, ensino e extensão com foco no desenvolvimento regional. A respeito dessa necessidade, Zanella (2019, p. 40), destaca que

com a universidade estabelecida, novos desafios surgem para a própria instituição, como a organização de espaços próprios e políticas de assistência estudantil. Além da estrutura física, foi necessário pensar na população que iria efetivamente beneficiar-se da UFFS, com isso, era

urgente pensar um passo a mais que a universidade em si, era preciso tornar essa mobilização uma constante entre os outros temas da região.

Zanella (2019) destaca ainda que assim como foi construído o movimento vitorioso que fez nascer a UFFS, poderá ser efetivado um grande plano de ação de combate à pobreza e à desigualdade na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Além disso, a presente oportunidade poderá se transformar num grande movimento de formulação, de denúncia e de mobilização com a ampla participação de setores sociais, civis e das três esferas governamentais. Somente assim, com o desenvolvimento de ações incisivas, será possível a superação das desigualdades sociais.

Portanto, a presente instituição se constitui de uma referência para as organizações, que objetivam a construção de políticas públicas, de efetivação na profissionalização de jovens e estudantes, inclusive no combate às desigualdades, pois demonstra como os movimentos sociais apresentam papel fundamental na conquista pela educação pública, gratuita, de qualidade e popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da presente pesquisa, podemos destacar muitas questões vinculadas ao impacto que tem a organização social nos processos de tomada de decisão política e o impacto disso na criação da UFFS. Isso porque a Universidade teve seu impulso inicial por meio de forças políticas e mobilização social de maneira um tanto individualizada inicialmente nos estados do Sul do Brasil, mas que obteve significativa unidade popular em seguida.

Nessa articulação, compreendeu-se que o projeto só avançaria de maneira relevante para o governo se as regiões do Norte do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sul do Paraná se unissem como um único movimento social robusto, com ações e agendas organizadas. Nesse contexto, torna-se evidente o papel dos movimentos sociais e da sua pressão sobre o Estado, visando promover a criação de uma universidade federal na região Sul do país que alinhasse sua missão institucional aos objetivos da educação popular.

Nesse sentido, o movimento pró-universidade (Pró-Universidade), fundado em 2005 para a institucionalização da Universidade Federal da Fronteira Sul em 2009, constituiu-se a partir de uma oportunidade política, que trouxe para a centralidade de discussão política, a iniciativa de atender às necessidades educacionais da Região Sul, principalmente nas áreas menos desenvolvidas.

Contudo, ficou evidente a partir da presente pesquisa que os movimentos sociais como este enfrentam resistência por parte do Estado. Nesse contexto, também ficou evidente que embora esse mesmo Estado aceite algumas demandas das classes populares, durante todo o processo o Movimento Pró UFFS enfrentou diversas frustrações no decorrer da sua trajetória, entre os principais, podemos destacar: a definição do local dos *campi* e dos cursos.

Não se pode desconsiderar que, apesar das limitações, a criação da UFFS trouxe um impacto relevante para a região aonde está localizada, possibilitando a inclusão de grupos sociais que tradicionalmente foram excluídos do ensino superior, especialmente do público. Contudo, é importante notar que a questão da efetivação da educação popular vai além do simples acesso ou da manutenção dos estudantes. Esse desafio está diretamente relacionado à discussão sobre o papel social da Universidade, as oportunidades para transformá-la e a construção de uma instituição

que atenda aos desejos e necessidades dos movimentos sociais e da classe trabalhadora.

Chegando ao fim da presente pesquisa, torna-se evidente que os Movimentos Sociais, liderados pela Via Campesina e pela Fetraf-Sul, souberam enxergar uma oportunidade política histórica para constituir o Movimento Pró-Universidade Federal, de caráter social e político, entre 2005 e 2010 na região Sul do Brasil, sabendo fazer um processo de organização, mobilização e negociação com o governo federal para a conquista da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Nesse processo, outro ponto que podemos destacar é o fato de que, houve uma grande capacidade política dos Movimentos Sociais, liderados pela Via Campesina e Fetraf-Sul, de promover a articulação social e política unitária nos três estados do Sul do Brasil, de aglutinar diferentes atores sociais (Movimentos Sociais, Sindicatos, Organizações Estudantis, Escolas, Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Ministros. Participação ativa dos Movimentos Sociais na Eleição e na Reeleição do Presidente Lula (2003 e 2006).

Além disso, a que se levantar também a importância histórica da Articulação que sempre existiu entre os Movimentos Sociais Rurais nos três estados do sul do Brasil (década de 1980, 1990 e anos 2000). Isso foi fundamental para unificar o Movimento Pró-Universidade Federal entre 2006 e 2009.

A partir disso, podemos concluir que a foi a oportunidade política observada pelo Movimento Social Pró UFFS, que possibilitou a institucionalização da Universidade Federal da Fronteira Sul. Evidenciando o papel da organização social como uma das principais ferramentas de transformação na superação das desigualdades nas regiões mais desassistidas pelo Estado.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **Breves Narrativas Diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.

BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. (2010) **A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda**. in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo.

BENINCÁ, D. **Universidade e suas fronteiras**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2011.

BENINCÁ. **Uma universidade em movimento**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BENITES, K. **Boletim de Conjuntura apresenta cenário econômico dos últimos três meses e traça perspectivas para o Estado**. ed: Ascom, Sao Paulo, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 agos. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto de Lei nº 3.582 de 28 mar. 2004**. Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos. PROUNI, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/integras/219649.htm.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Universidade para Todos (ProUni)**. 2024. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35835-prouni>>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 28 ago. 2024.

CALIL, G. C. **Embates e disputas em torno das jornadas de junho**. Revista Projeto História, v. 47, 2014. [ONLINE]. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CARNEIRO, R. A Expansão do Crédito e o Crescimento Econômico no Governo Lula. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 64, n. 1, p. 45-67, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.

DIANA, D. **Cultura da Região Sul: festas, danças e muito mais**. UNESP, São Paulo, 2024.

DIREITOS HUMANOS, **Comissões: manifestações no Brasil e o direito a cidade**. Agência Senado, Brasília, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/07/11/manifestacoes-revelam-luta-por-2018direito-a-cidade2019-dizem-jovens>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

DUARTE, L. **A construção das identidades territoriais na fronteira sul do Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 10, n. 1, p. 45-60, 2016.

DULCI, L. **Um salto para o futuro: Como o governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA-FIESC. **Índice De Empregos Nas Industrias Do Sul Do Brasil**. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/produtos/show/id/46>.

FETRAF (Rio Grande do Sul). **Quem somos**. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php/fetrafsul/quem-somos>. Acesso em: 23 DE OUT. 2024.

GOHN, M. G. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Rev. Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 27, n. 71, p. 431-441, ago. 2014.

GOHN, M. G. Ciclos de confronto no Brasil: 1970-2019. **Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, v. 6, n. 1, p. 93 - 119, 21 jul. 2020.

GOMES, J. P. O Impacto da Valorização do Salário Mínimo no Brasil Durante o Governo Lula. **Revista de Economia & Desenvolvimento**, vol. 15, n. 2, p. 34-56, 2009.

GUITARRARA, P. **Região Sul do Brasil**. Mundi. São Paulo, 2022.

IBGE. **"Regiões do Brasil: Sul."** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=regi%C3%A3o+sul>

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v.1, n.76, p. 11-48, jul. 2009.

MCADAM. Tactical innovation and the pace of insurgency. **American Sociological Review**, nº 48, pp. 735-754, 1983

MEC. Ministério da Educação. **Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

MEC. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5493.htm

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NOVO tempo. Intérprete: Ivan Lins e Vitor Martins. Compositores: Vitor Martins e Ivan Lins. In: **Novo Tempo**. 1980. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ivan-lins/46444/>.

PSIDONIK, J. V. Ela virá... Se a gente lutar! In: **ROCHA, H. Movimentos sociais e a Universidade Federal da Fronteira Sul em Erechim**. Passo Fundo: Acervos, 2022, p. 55 -76.

RECHE, Daniella; CAMPOS, Heleniza Ávila. O processo de estruturação socioespacial de pequenas cidades no contexto regional de inserção da Universidade Federal da Fronteira Sul. In: MACEDO, Fernando Cezar de; MONTEIRO NETO, Aristides; VIEIRA, Danilo Jorge. (Orgs.). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI**. Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022, pp. 299-329.

RICK, F. S. **Dez pontos sobre a conjuntura brasileira após o primeiro ano do governo Lula**. Brasil de fato. Belo Horizonte, 2023.

ROCHA, H. **Movimentos Sociais e a Universidade Federal da Fronteira Sul em Erechim**. Passo Fundo: Acervus, 2022.

ROMÃO, J. E.; LOSS, A. S. **A universidade popular no Brasil**. Foro de Educación, Salamanca, Espanha, v. 12, n. 16, p. 141-168, jan./jun. 2014. Disponível em: https://forodeeducacion.com/ojs/index.php/fde/article/view/306/pdf_30

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHWARZ, R. D.; MARICATO, E.; BRITO, F. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SILVA, D. N. **Governo Luis Inácio Lula da Silva**. FEE. Bahia. 2023.

STUCKERT, R. **Brasil no Rumo Certo: governo Lula resgata a cultura brasileira**. 2024. Disponível em: <https://pt.org.br/brasil-no-rumo-certo-governo-lula-resgata-a-cultura-brasileira/>.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confrontos políticos**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de confronto e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, set./dez. 2014.

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentions politics**. London, Paradigm Publishers, 2007.

TREVISOL, J. V. **Movimentos sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de implantação da UFFS**. Florianópolis: X ANPED SUL, 2014.

TREVISOL, J. V.; CORDEIRO, M. H.; HASS, M. (org.). Construindo agendas e definindo rumos: **I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS**. Chapecó: UFFS, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Campi**. 2024. Disponível em: <http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=37>. Acesso em: 17 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **HISTÓRICO**. 2010. Disponível em:

http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=42#:~:text=O%20Movimento%20Pr%C3%B3%20Universidade%20Federal,do%20Mercosul%20e%20seu%20entorno.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **HISTÓRICO**. Santa Catarina, 2013. 19 p. Disponível em: Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/carta_de_servicos_ao_cidadao

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANELLA, A. **O combate à pobreza na Fronteira Sul do Brasil: o papel da UFFS e dos Movimentos Sociais** In: ROCHA, H. Movimentos sociais e a Universidade Federal da Fronteira Sul em Erechim. Passo Fundo: Acervos, p. 43 - 54, 2022.

ZANELLA, A. **POBREZA E DESIGUALDADE NA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL: o papel da UFFS e dos movimentos sociais**. Curitiba: Editora Crv, 2019.